

**Aula 00 - Prof. Nilza**  
*Prefeitura de Santa Bárbara-MG*  
*(Assistente Social) Legislação*  
*(Assistência) - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Carla Abreu, Nilza Ciciliati,**  
**Ricardo Torques**

14 de Fevereiro de 2024

# Índice

1) Apresentação .....	3
2) Estatuto da Pessoa Idosa - Lei nº 10.741/03 .....	5
3) Lista de questões - Estatuto da pessoa idosa - Multibancas .....	23
4) Questões Comentadas - Estatuto da pessoa idosa - Multibancas .....	39
5) Resumo - Estatuto da pessoa Idosa .....	67
6) Mapas mentais - Estatuto da pessoa idosa .....	71



## APRESENTAÇÃO

Olá! Bem-vindo(a), **querido(a) concursando(a) e futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social, servidora pública federal e especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) neste curso, com aulas repletas de aprendizado sobre os conhecimentos específicos do seu concurso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Antes de começarmos, permita-me apresentar um pouco mais sobre mim.

Sou uma assistente social formada pela UNIGRAN-MS, com pós-graduações em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR, Neurociência aplicada à aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza, e Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli-RJ. Atuo como servidora pública federal há 13 anos e, desde 2016, ocupo o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Minha jornada com concursos públicos começou há muitos anos, quando ainda trabalhava no setor privado e sonhava com um cargo público. Então, comecei a me preparar para concursos em nível municipal, estadual e federal. Ao longo dos anos, tive várias aprovações, incluindo:

- 🏆 1º lugar como Atendente Comercial nos Correios em 2000;
- 🏆 2º lugar como Auxiliar em Administração na Secretaria de Educação do Estado de MS em 2003;
- 🏆 13º lugar como Técnico Administrativo no IFMS em 2009;
- 🏆 2º lugar como Atendente Comercial na Empresa de Saneamento Básico do Estado de MS em 2010;
- 🏆 4º lugar como Técnico do Seguro Social no INSS em 2012;
- 🏆 2º lugar como Analista do Seguro Social na área de Serviço Social no INSS em 2016.

Durante essa longa jornada, percebi a importância de uma preparação adequada, com materiais focados exclusivamente para concursos. Descobri que não importa qual seja a sua formação educacional básica (eu mesma sempre estudei em escola pública), pois a dedicação intensa e o comprometimento podem superar qualquer dificuldade!

O primeiro passo para o sucesso é **ACREDITAR QUE É POSSÍVEL** e que você pode conquistar aquilo que deseja! O segundo passo é "**arregaçar as mangas**" e trabalhar para construir o futuro que você quer ter! Isso exige **disciplina, constância** e um **estudo focado e direcionado**! E eu estarei aqui para auxiliá-lo(a) nesta jornada!



Em nosso material, focamos na **retenção do aprendizado**. Portanto, após cada tópico abordado, introduziremos algumas questões para internalizar o assunto e entender como as Bancas Examinadoras costumam cobrá-lo em provas. Nosso material será **100% focado no que realmente é importante** para você ter **sucesso nas provas**, pois nosso objetivo aqui é fazer com que você **acerte o máximo de questões** e consiga sua **APROVAÇÃO!**

Neste curso, faremos inicialmente uma abordagem teórica do assunto, contemplando as principais informações de cada tópico, focando nos autores e/ou legislações cobrados em provas. Ao final da teoria, você terá a "lista de questões" e as "questões comentadas". E para auxiliar na revisão constante do conteúdo, ao final do material terá um resumo daquilo que realmente é essencial e precisa ser lembrado!

#### Orientação de estudo do material:

- primeiro faça uma leitura atenta da parte teórica! Preste muita atenção nas palavras em destaque (negrito e sublinhado)! Grife e destaque, se achar necessário!
- em seguida, tente responder as questões sem consultar o gabarito e os comentários do material. Só depois, consulte-o!
- faça um diagnóstico, verificando como foi seu desempenho e revise os pontos que precisam ser melhorados.
- aproveite as videoaulas para reforçar aqueles assuntos que você tem maior dificuldades!
- e não se esqueça de usar o resumo/mapas mentais para revisar o assunto com frequência! Afinal, aquilo que não é visto, não é lembrado!
- se ainda tiver dúvidas do conteúdo, poderá acessar o "Fórum de dúvidas" na plataforma e deixar sua pergunta, que terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



@profnilzaciliati



<https://t.me/profnilzaciliati>



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>

Um grande abraço e bons estudos!

*Profa. Nilza Ciciliati*



# ESTATUTO DA PESSOA IDOSA - LEI Nº 10.741/03

## Considerações Iniciais

Olá! Aqui é a profa. Nilza Ciciliati e seja bem-vindo(a) a mais uma aula de conhecimentos específicos de Legislação Social!

Nesta aula, vamos tratar sobre a **Lei nº 10.741/03**, que dispõe sobre o **Estatuto da pessoa idosa**.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários.

Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão.

Então vamos lá? Ótima aula e bons estudos!

Deixo aqui meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:

**Instagram:** [@profnilzaciciliati](https://www.instagram.com/profnilzaciciliati)

**Canal Telegram:** <https://t.me/profnilzaciciliati>

**YouTube:** <https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



## Estatuto da pessoa idosa - Lei nº 10.741/03



### NOVIDADE!

Vamos iniciar esta aula já tratando de uma mudança bem recente trazida pela **LEI Nº 14.423, DE 22 DE JULHO DE 2022** que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para **substituir**, em toda a Lei, as expressões “**idoso**” e “**idosos**” pelas expressões “**pessoa idosa**” e “**pessoas idosas**”, respectivamente.

Então, a partir da publicação dessa legislação, todo o texto do "Estatuto da Pessoa Idosa" sofre modificações nas denominações, que antes eram referidas como "idoso" e "idosos", que agora passam a ser denominadas: “**pessoa idosa**” e “**pessoas idosas**”.

### Disposições preliminares

O **Estatuto da Pessoa Idosa** (Lei nº 10.741/03) foi instituído com o objetivo de regular os direitos às pessoas com idade **igual ou superior a 60 anos**. Assim, a lei deve assegurar todas as oportunidades e facilidades, para preservação da **saúde física e mental** da Pessoa Idosa e seu **aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social**, em condições de liberdade e dignidade.



**Muito cuidado** para não confundir a questão da idade, pois as Bancas costumam afirmar que o Estatuto da pessoa idosa assegura os direitos a partir dos **65 anos**. Na verdade, a partir dessa idade é assegurado o direito ao recebimento do BPC à pessoa idosa, garantido pela LOAS, mas os direitos fundamentais da pessoa idosa são garantidos às pessoas com idade **igual ou superior a 60 anos**.

É obrigação:

- da família,
- da comunidade,
- da sociedade e
- do Poder Público



assegurar à pessoa idosa, **com absoluta prioridade**, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.



Percebam que é uma **obrigação solidária da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público** assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa idosa.

### E o que seria essa garantia de prioridade às Pessoas Idosas?

Bem, o Estatuto da Pessoa Idosa elenca uma série de medidas para garantir a prioridade da Pessoa Idosa, seja no atendimento em órgãos públicos, no acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Veja a seguir:

## Garantia de prioridade:

I – **atendimento preferencial imediato e individualizado** junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – **preferência na formulação e na execução de políticas sociais** públicas específicas;

III – **destinação privilegiada de recursos públicos** nas áreas relacionadas com a proteção às Pessoas Idosas;

IV – **viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da Pessoa Idosa** com as demais gerações;

V – **priorização do atendimento da Pessoa Idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar**, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – **capacitação e reciclagem dos recursos humanos** nas áreas de **geriatria e gerontologia** e na **prestação de serviços às Pessoas Idosas**;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a **divulgação de informações de caráter educativo** sobre os **aspectos biopsicossociais de envelhecimento**;

VIII – garantia de **acesso à rede de serviços de saúde** e de **assistência social** locais.

IX – prioridade no **recebimento da restituição do Imposto de Renda**.



Além dessas prioridades, o Estatuto também prevê uma **prioridade especial** aos **maiores de 80 anos**, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos. Ou seja,



se uma pessoa idosa de 70 anos e outra de 82 anos estiverem aguardando atendimento, terá prioridade aquela com 80 anos.

A lei também protege a pessoa idosa contra qualquer forma de



Assim, qualquer atentado aos direitos da Pessoa Idosa, seja por **ação ou omissão**, será punido na forma da lei, sendo um **dever de todos** prevenir a ameaça ou violação aos seus direitos, devendo **comunicar** à **autoridade competente** qualquer forma de violação que tenha **testemunhado ou tomado conhecimento**.

## Dos direitos fundamentais

O **Estado** deve assegurar à pessoa idosa a **proteção à vida, e à saúde** mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Já o direito **à liberdade, ao respeito e à dignidade** deve ser uma obrigação do **Estado e da sociedade**.

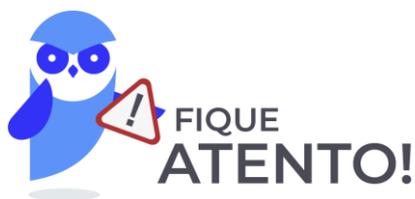
O **direito à liberdade** compreende os seguintes aspectos:

- ✓ faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- ✓ opinião e expressão;
- ✓ crença e culto religioso;
- ✓ prática de esportes e de diversões;
- ✓ participação na vida familiar e comunitária;
- ✓ participação na vida política, na forma da lei;
- ✓ faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

O **direito ao respeito** consiste na inviolabilidade da **integridade física, psíquica e moral**, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

Também é um dever de todos **zelar pela dignidade da Pessoa Idosa**, colocando-o a salvo de qualquer tratamento **desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor**.





Agora vamos falar sobre a prestação de alimentos!

A obrigação alimentar é **SOLIDÁRIA**, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores. Se a pessoa idosa ou seus familiares **NÃO** possuem condições econômicas de prover o seu sustento, **IMPÕE-SE AO PODER PÚBLICO ESSE PROVIMENTO**, no âmbito da assistência social.



Caso a pessoa idosa necessite de alimentos, poderá demandar diretamente o seu filho, seu neto ou seu bisneto, pois todos estão vinculados ao cumprimento da obrigação, em virtude do princípio da solidariedade familiar. Caso a sua família não tenha condições econômicas para tal, essa responsabilidade pode se estender ao Poder Público, concedendo, por exemplo, um benefício assistencial às Pessoas Idosas.

Em relação ao **direito à saúde**, deve ser assegurada **atenção integral, acesso universal e igualitário** em um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços, para a



A **prevenção e a manutenção da saúde** da Pessoa Idosa serão efetivadas por meio de:

- ✓ **cadastro** da população idosa em base territorial;
- ✓ atendimento **geriátrico e gerontológico** em **ambulatórios**;
- ✓ **unidades geriátricas de referência**, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- ✓ **atendimento domiciliar, incluindo a internação**, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;
- ✓ **reabilitação** orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.



Também deve ser assegurado às Pessoas Idosas, de forma **gratuita**:

- ✓ **medicamentos**, especialmente os de uso continuado;
- ✓ **próteses, órteses** e outros recursos relativos ao tratamento, **habilitação ou reabilitação**;



**É VEDADA** a **discriminação** da pessoa idosa nos **planos de saúde** pela **cobrança de valores diferenciados** em razão da idade.

**É VEDADO** exigir o comparecimento da pessoa idosa enfermo perante os **órgãos públicos**, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de **interesse do poder público**, o agente promoverá o contato necessário com a pessoa idosa **em sua residência**;  
ou

II - quando de **interesse do própria pessoa idosa**, este se fará **representar por procurador** legalmente constituído.

É importante lembrar que em todo atendimento de saúde, os **MAIORES DE 80 ANOS** terão **PREFERÊNCIA ESPECIAL** sobre os demais idosos, **exceto em caso de emergência**.

A lei também assegura às Pessoas Idosas **INTERNADO OU EM OBSERVAÇÃO** o direito a um **ACOMPANHANTE** em **tempo integral**.

Nos casos em que a pessoa idosa **não se encontra em condições de optar pelo seu tratamento**, esta opção será feita:

- **pelo curador**, quando a pessoa idosa for **interditado**;
- **pelos familiares**, quando a pessoa idosa **não tiver curador** ou este **não puder ser contactado** em tempo hábil;
- **pelo médico**, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;
- **pelo próprio médico**, quando **não houver curador ou familiar conhecido**, caso em que **deverá comunicar o fato ao Ministério Público**.



E qual o procedimento nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa idosa?



Bem, é considerada **violência contra a pessoa idosa** qualquer **ação ou omissão** praticada em local público ou privado que lhe cause **MORTE, DANO OU SOFRIMENTO FÍSICO OU PSICOLÓGICO**.

Os casos de **SUSPEITA** ou **CONFIRMAÇÃO** de **VIOLÊNCIA** praticada contra idosos, os serviços de saúde devem **notificar compulsoriamente** a **AUTORIDADE SANITÁRIA** e **comunicar obrigatoriamente quaisquer** dos seguintes órgãos:

- I – autoridade policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa;
- V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

A pessoa idosa também tem **direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos**, produtos e serviços que **respeitem sua peculiar condição** de idade.

A participação das Pessoas Idosas em **atividades culturais** e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos:

**50% nos ingressos**



para eventos **artísticos, culturais, esportivos e de lazer**



bem como o **acesso preferencial** aos respectivos locais.

Em relação à **profissionalização e ao trabalho**, a pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições

- físicas,
- intelectuais e
- psíquicas.



Na admissão da Pessoa Idosa em qualquer trabalho ou emprego, **É VEDADA**

- ✗ a **discriminação** e
- ✗ a **fixação de limite máximo de idade**, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Ainda em relação aos concursos públicos, o **primeiro critério de desempate** será a **idade**, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

O Poder Público também criará e estimulará programas de:

I – **profissionalização especializada para as pessoas idosas**, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – **preparação dos trabalhadores para a aposentadoria**, com antecedência mínima de 1 ano, por meio de

- estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e
- de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

O Estatuto da Pessoa Idosa assegura às Pessoas Idosas a **partir de 65 anos**, que **não tenham meios de prover a própria subsistência e nem de tê-la provida por sua família**, um **benefício mensal no valor de 1 salário-mínimo**. Trata-se do **BPC: Benefício de Prestação Continuada!**



### EXEMPLIFICANDO

Assim, um idoso que não tem condições de prover o próprio sustento, não tem família que possa ampará-lo, poderá receber o BPC de 1 salário-mínimo a partir dos 65 anos.

Caso a pessoa idosa tenha no grupo familiar outra pessoa que receba BPC às Pessoas Idosas, este benefício **NÃO será computado** para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.

As entidades de longa permanência às Pessoas Idosas (as chamadas ILPI), **serão obrigadas** a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.



No caso de **entidades filantrópicas ou casalar**, pode ser cobrado a participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Assim, o Conselho Municipal da pessoa idosa ou da Assistência Social irá estabelecer a forma de participação, que

**NÃO PODERÁ EXCEDER A 70%**

Em relação à **habitação**, a pessoa idosa tem direito à moradia digna

- no seio da **família natural ou substituta**, ou
- **desacompanhado de seus familiares**, quando assim o desejar, ou
- em **instituição pública ou privada**.

Nos **programas habitacionais**, os idosos terão prioridade, sendo-lhes reservadas **PELO MENOS 3%** das unidades habitacionais, preferencialmente no pavimento térreo, além de outras medidas como: **implantação de equipamentos urbanos comunitários; eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas e, critérios de financiamento** compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

### **E quais serão os casos em que a pessoa idosa será encaminhado a ILPI?**

A pessoa idosa só será encaminhado à assistência integral em uma ILPI, quando for verificada **inexistência de**

- **grupo familiar,**
- **casalar,**
- **abandono ou**
- **carência de recursos financeiros próprios ou da família.**





As **instituições que abrigarem idosos** são **obrigadas** a manter **padrões de habitação compatíveis** com as necessidades deles, bem como provê-los com **alimentação regular e higiene**.

E toda **instituição dedicada ao atendimento** às Pessoas Idosas fica **obrigada** a manter **identificação externa visível**, podendo ser **interditada**, caso não cumpra a determinação.

Agora vamos falar do direito ao **transporte!**

O Estatuto da Pessoa Idosa assegura aos **MAIORES DE 65 ANOS** a **GRATUIDADE** dos

#### TRANSPORTES COLETIVOS PÚBLICOS

- **URBANOS** e
- **SEMI-URBANOS**



Para ter acesso à gratuidade do transporte, basta a pessoa idosa apresentar **qualquer documento pessoal** que faça prova de sua idade.



No **transporte coletivo**, são reservados **10% DOS ASSENTOS** para os idosos, que deverão estar identificados com a placa de reservado.



Mas cuidado!

Existe **exceção** à gratuidade, nos casos de **serviços seletivos e especiais**, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

E para idosos na faixa entre **60 e 65 anos**, ficará a **critério da legislação local** dispor sobre as condições para exercício da **gratuidade** nos meios de transporte.

### E como funciona no transporte coletivo interestadual?

No **transporte coletivo interestadual**, ou seja, quando sai de um Estado e vai para outro, são aplicadas as seguintes regras:



- ✓ a reserva de **2 vagas gratuitas** por veículo para idosos com **renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos**;
- ✓ **desconto de 50%**, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com **renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos**.

Ou seja, nos casos em que já tiver sido preenchidas as duas vagas gratuitas nos ônibus, os demais idosos, que tenham renda de até 2 salários-mínimos, deverão receber o desconto de pelo menos 50% nas passagens.

Os estacionamentos públicos e privados também deverão disponibilizar **5% das vagas** às Pessoas Idosas, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade às Pessoas Idosas.

## Das medidas de proteção

A Lei nº 10.471/03 prevê medidas de proteção às Pessoas Idosas nos casos em que seus direitos forem **ameaçados ou violados**:

- por **ação ou omissão** da sociedade ou do Estado;
- por **falta, omissão ou abuso** da família, curador ou entidade de atendimento;
- em **razão de sua condição** pessoal.

Assim, quando os direitos das Pessoas Idosas forem ameaçados ou violados, poderão ser aplicadas as seguintes medidas:

### Medidas de proteção

- encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- abrigo em entidade;
- abrigo temporário.

Essas medidas poderão ser aplicadas **isolada ou cumulativamente**, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. As medidas serão aplicadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, a requerimento do MP.



## Da Política de Atendimento às Pessoas Idosas

A política de atendimento às Pessoas Idosas será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e serão realizadas com base nas seguintes **linhas de ação**:

- **políticas sociais básicas** previstas na política nacional da Pessoa Idosa;
- **políticas e programas de assistência social**, em **caráter supletivo**, para aqueles que necessitarem;
- **serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas** de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- **serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis** por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;
- **proteção jurídico-social** por entidades de defesa dos direitos das Pessoas Idosas;
- **mobilização da opinião pública** no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento da Pessoa Idosa.

As **entidades de atendimento** são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e tanto as **entidades governamentais** quanto as **não-governamentais** deverão inscrever seus programas junto ao

- órgão competente da **Vigilância Sanitária** e
- **Conselho Municipal da Pessoa Idosa**

em sua falta, junto ao  
**Conselho Estadual ou  
Nacional da Pessoa Idosa**

As entidades de atendimento também deverão observar os seguintes **requisitos**:

- oferecer **instalações físicas em condições adequadas** de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- apresentar **objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis** com os princípios desta Lei;
- estar **regularmente constituída**;
- demonstrar a **idoneidade de seus dirigentes**.



As **ILPI** deverão adotar os seguintes **princípios**:

- **preservação dos vínculos familiares;**
- **atendimento personalizado** e em **pequenos grupos;**
- **manutenção da pessoa idosa na mesma instituição, salvo** em caso de força maior;
- **participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias**, de caráter **interno e externo;**
- observância dos direitos e garantias dos idosos;
- **preservação da identidade da pessoa idosa** e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

São várias as **obrigações** que devem ser cumpridas pelas entidades de atendimento. Entre elas, destacam-se:

- celebrar **contrato escrito de prestação de serviço** com a pessoa idosa, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;
- fornecer **vestuário adequado**, se for pública, e **alimentação suficiente;**
- oferecer **instalações físicas** em condições adequadas de habitabilidade;
- oferecer **atendimento personalizado;**
- diligenciar no sentido da **preservação dos vínculos familiares;**
- oferecer **acomodações apropriadas** para recebimento de **visitas;**
- proporcionar **cuidados à saúde**, conforme a necessidade da Pessoa Idosa;
- promover **atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;**
- propiciar **assistência religiosa** àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- proceder a **estudo social e pessoal** de cada caso;
- **comunicar** à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de **doenças infectocontagiosas;**
- **manter arquivo de anotações** onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome da Pessoa Idosa, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- **comunicar ao Ministério Público**, para as providências cabíveis, a **situação de abandono moral ou material** por parte dos familiares;





E quem fiscaliza essas entidades?

As entidades de atendimento serão fiscalizadas pelos **Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária** e outros. Seus dirigentes responderão **civil e criminalmente** pelos atos que praticar em detrimento da Pessoa Idosa, sem prejuízo das sanções administrativas.



(FGV - 2017) Nas entidades de atendimento às Pessoas Idosas - públicas ou privadas -, proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é:

- A. um princípio;
- B. uma obrigação;
- C. uma diretriz;
- D. um valor;
- E. uma estratégia.

**Comentários:**

Conforme o art. 50 do Estatuto da Pessoa Idosa, proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é uma das obrigações que devem ser cumpridas pelas entidades de atendimento.

**Gabarito: letra B**



E quais são as penalidades aplicadas às entidades que descumprirem as determinações?

### Penalidades aplicadas às entidades governamentais:

- advertência;
- afastamento provisório de seus dirigentes;
- afastamento definitivo de seus dirigentes;
- fechamento de unidade ou interdição de programa;

### Penalidades aplicadas às entidades não-governamentais:

- advertência;
- multa;
- suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- interdição de unidade ou suspensão de programa;
- proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

Na **aplicação das penalidades**, serão consideradas:

- ✓ a natureza e a gravidade da infração cometida,
- ✓ os danos que dela provierem para a pessoa idosa,
- ✓ as circunstâncias agravantes ou atenuantes e
- ✓ os antecedentes da entidade.

Nos casos em que houver a **má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos**, será aplicada a **suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas**.

Se houver **danos às Pessoas Idosas abrigadas** ou **qualquer tipo de fraude** em relação ao programa, caberá

- ✗ o afastamento provisório dos dirigentes ou
- ✗ a interdição da unidade e a suspensão do programa.

O procedimento de **apuração de irregularidade** terá início mediante

- ✓ petição fundamentada de pessoa interessada ou
- ✓ iniciativa do Ministério Público.



Nos casos  **muito graves** , poderá haver o **afastamento provisório do dirigente** da entidade ou outras medidas adequadas, para evitar lesão aos direitos das Pessoas Idosas.

## Do acesso à Justiça

A Lei nº 10.741/03 assegura às Pessoas Idosas a **partir de 60 anos a prioridade**

- ✓ na **tramitação dos processos e procedimentos** e
- ✓ na **execução dos atos e diligências judiciais**

em qualquer instância.

É importante observar que a prioridade **não cessa com a morte do beneficiado**, estendendo-se em favor do cônjuge, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 anos.

Essa prioridade prevista na Lei também se estende aos **processos e procedimentos na Administração Pública** e ao **atendimento preferencial junto à Defensoria Pública**, em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

Também terão **prioridade especial** os **maiores de 80 anos**.

## Dos crimes contra a pessoa idosa

CRIME	PENA
<b>Deixar de prestar assistência às Pessoas Idosas</b> , quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública	<b>Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.</b>  A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.
<b>Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres</b> , ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:	<b>Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.</b>
<b>Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da Pessoa Idosa</b> , submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:	<b>Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.</b>  Se do fato resulta <b>lesão corporal de natureza grave</b> :  <b>Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.</b>  Se resulta a <b>morte</b> :  <b>Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.</b>



<b>Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial</b> expedida nas ações em que for parte ou interveniente a pessoa idosa	<b>Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa</b>
<b>Negar o acolhimento ou a permanência da Pessoa Idosa, como abrigado</b> , por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento	<b>Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa</b>
<b>Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão da Pessoa Idosa</b> , bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida	<b>Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa</b>
<b>Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas</b> à pessoa da Pessoa Idosa	<b>Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa</b>
<b>Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da Pessoa Idosa</b> , dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade	<b>Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa</b>
<b>Discriminar pessoa idosa</b> , impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.  <b>Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar</b> pessoa idosa, por qualquer motivo.  <b>Atenção para alteração recente na legislação:</b>	<b>Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.</b>  A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar <b>sob os cuidados ou responsabilidade do agente.</b>  § 3º Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da Pessoa Idosa. <b>(Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)</b>
<b>Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração</b> para fins de administração de bens ou deles dispor livremente	<b>Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos</b>
<b>Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração</b>	<b>Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos</b>
<b>Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos</b> , sem a devida representação legal	<b>Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos</b>
Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;  Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;  Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;  Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;	<b>Pena - reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa</b>



Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.	
--	--



## ESCLARECENDO!

Chegamos ao final da nossa aula, abordando os principais pontos sobre o Estatuto da Pessoa Idosa.

Lembrando que é imprescindível que você também faça a leitura completa da legislação atualizada, que pode ser obtida no link: [L10741 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br/legisla/consolidacao/leis/l10741.htm)



## LISTA DE QUESTÕES – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (LEI Nº 10.741/03) - MULTIBANCAS

**1. (CESPE/CEBRASPE - 2023) O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa**

- A. é garantido a toda pessoa com 65 anos de idade ou mais.
- B. é vinculado à assistência social.
- C. inclui o direito ao 13.º salário.
- D. depende de contribuição prévia para a previdência social.
- E. acarreta o direito à pensão por morte a eventual dependente do idoso, no caso de sua morte.

**2. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, julgue os itens a seguir.**

**I Os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral que regem o Estatuto da Pessoa Idosa decorrem dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.**

**II O direito à cidadania é assegurado expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa.**

**III Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade absoluta somente aos maiores de oitenta anos de idade, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.**

**IV A gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, semiurbanos e interestaduais é assegurada a todas as pessoas maiores de 65 anos de idade que comprovem ter renda igual ou inferior a dois salários mínimos.**

**Estão certos apenas os itens**

- A. I e II.
- B. I e III.
- C. II e IV.
- D. I, III e IV.



E. II, III e IV

**3. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

O profissional de saúde só deve fazer notificação compulsória de violência praticada contra idoso se tiver certeza de que se trata de caso confirmado de violação ao Estatuto do Idoso.

( ) Certo      ( ) Errado

**4. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Acerca das prioridades atribuídas à pessoa idosa, julgue o item a seguir.**

A idade será considerada como critério preferencial para o caso de ocorrência de empate em concurso público.

( ) Certo      ( ) Errado

**5. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Acerca das prioridades atribuídas à pessoa idosa, julgue o item a seguir.**

Em se tratando de admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, independentemente da natureza do cargo a ser ocupado.

( ) Certo      ( ) Errado

**6. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

O envelhecimento é um direito personalíssimo, sendo dever do Estado assegurar a proteção à vida e à saúde da população idosa.

( ) Certo      ( ) Errado



**7. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue os seguintes itens, com base no Estatuto do Idoso.**

**I A obrigação de prestar alimentos ao idoso é solidária, sendo discricionária de ele optar por qualquer dos prestadores.**

**II Em atendimento à saúde, os maiores de 70 anos de idade têm prioridade sobre os demais idosos.**

**III É competência do Ministério Público fiscalizar os órgãos governamentais e as entidades privadas de atendimento ao idoso.**

**IV O direito à prioridade de tramitação em processos judiciais é concedido aos idosos com idade a partir de 70 anos e dispensa requisição da parte interessada.**

**Estão certos apenas os itens**

**A. I e III.**

**B. II e IV.**

**C. III e IV.**

**D. I, II e III.**

**E. I, II e IV.**

**8. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue o seguinte item, relativos ao Estatuto da Pessoa Idosa.**

O combate à violência e à violação dos direitos da pessoa idosa está previsto, no Estatuto do Idoso, em uma lista definitiva de obrigações, estabelecidas legalmente como deveres prioritários da família e, secundariamente, do Estado e das pessoas em geral.

Certo       Errado

**9. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

O cadastramento da pessoa idosa em base territorial visa assegurar-lhe o direito ao recebimento de auxílios do poder público.

Certo       Errado



**10. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

Em todos os atendimentos de saúde, os maiores de 75 anos de idade terão preferência especial sobre os demais idosos.

( ) Certo      ( ) Errado

**11. (VUNESP - 2022) Diante do cenário do envelhecimento ativo na sociedade, é extremamente importante conhecer e viabilizar o acesso ao Estatuto da Pessoa Idosa, sobretudo numa situação na qual estes necessitam de serem atendidos em suas necessidades. O Estatuto da Pessoa Idosa – lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Com a alteração dada pela Lei nº 13466, de 12 de julho de 2017, o artigo 15 passa a vigorar acrescido § 7º que versa que, em todo atendimento de saúde, terão prioridade sobre os demais idosos, exceto em casos de emergência, os que possuem idade acima de:**

- A. 80 anos.
- B. 65 anos.
- C. 70 anos.
- D. 90 anos.
- E. 75 anos.

**12. (VUNESP - 2022) O Brasil é um país que está envelhecendo, um reflexo, dentre outros fatores, do aumento da expectativa de vida por meio de diversos fatores que trouxeram essa possibilidade. A Política Nacional da pessoa idosa tem por objetivo assegurar os direitos sociais dessa população, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em relação ao direito à saúde, o Estatuto da Pessoa Idosa considera que é assegurada a atenção integral à sua saúde, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para:**

- A. garantia de saúde plena e prevenção de doenças.



- B. atendimento de necessidades mediante uma seguridade contributiva.
- C. proteção às situações e condições que exclusivamente são atendidas na rede pública.
- D. inserção dos idosos nas atividades ativas e preventivas conforme as suas habilidades desenvolvidas ao longo de sua vida.
- E. prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

**13. (FGV - 2022) O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio**

- A. de cadastramento da população idosa em base territorial.
- B. de política de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
- C. do Conselho Municipal da pessoa idosa, que estabelecerá a forma destes serviços.
- D. do Estado, mediante efetivação de políticas sociais públicas.
- E. da UPA mais próxima da sua residência, que fornecerá requisição para tratamento em ambulatório, hospital ou domicílio.

**14. (FGV - 2022) Nos casos em que idosos percam a condição plena do autocuidado, tornando-se progressivamente mais dependentes, uma das opções oferecidas pelo poder público, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, é a assistência integral na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), desde que:**

- A. o idoso não queira permanecer junto a sua família e possa arcar com os custos da internação;
- B. o idoso não tenha vínculo familiar ou que sua família, ou ele próprio, não tenha condições de prover sua subsistência;
- C. a família da pessoa idosa não tenha condições de mantê-lo em seu convívio, já que nenhum dos parentes possui capacitação e treinamento adequados;
- D. o Município onde reside o idoso tenha equipamento voltado para essa finalidade;
- E. o idoso seja beneficiário de algum programa oficial de assistência social.



15. (FGV - 2022) Avalie se, no que concerne à profissionalização e ao trabalho, o Estatuto da Pessoa Idosa propugna que o Poder Público deve criar e estimular

I. Programas de Estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

II. Programas de Profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas.

III. Programas de Reinserção no mercado de trabalho para aposentados que comprovem carência financeira e social.

Está correto o que se afirma em

A. I, apenas.

B. II, apenas.

C. I e II, apenas.

D. II e III, apenas.

E. I, II e III.

16. (FGV - 2021) De acordo com o Art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles à(ao) I. Vara Especial da pessoa idosa. II. Ministério Público. III. Autoridade Policial. Está correto o que se afirmar em

A. I, apenas.

B. II, apenas.

C. I e II, apenas.

D. II e III, apenas.

E. I, II e III.

17. (FGV - 2021) César está com 83 anos e necessitou ser internado devido a uma isquemia. Sua neta deseja permanecer com ele, mas foi informada de que o



**médico responsável não autorizou a permanência de acompanhantes. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a afirmativa correta.**

- A. À pessoa idosa internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante em qualquer situação.
- B. Um idoso não poderá ser acompanhante de outro idoso.
- C. A pessoa que será acompanhante deverá pertencer ao mesmo sexo da pessoa idosa internado.
- D. O profissional de saúde responsável pelo tratamento deve conceder autorização para o acompanhamento da pessoa idosa ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.
- E. A família é obrigada a providenciar um acompanhante em caso de internação, caso o idoso tenha mais de 80 anos.

**18. (VUNESP - 2021) O abrigo em entidade é uma das medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nessa Lei forem ameaçados ou violados. Ainda de acordo com o Estatuto (artigo 49), estão entre os princípios a serem adotados pelas entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência: o atendimento personalizado e em pequenos grupos e a preservação**

- A. da expressividade cultural.
- B. dos vínculos familiares.
- C. dos pertences pessoais.
- D. da capacidade motora.
- E. das memórias afetivas.

**19. (VUNESP - 2021) O artigo 10 do Estatuto da Pessoa Idosa determina que é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa:**

- A. o direito e a dignidade.



- B. a situação de vulnerabilidade alterada.
- C. o acesso a novas formas de caridade e assistencialismo.
- D. o distanciamento intergeracional.
- E. a liberdade, o respeito e a dignidade.

**20. (VUNESP - 2019) Sobre as medidas de proteção e a política de atendimento à pessoa idosa, previstas na Lei nº 10.741/2003, assinale a alternativa correta.**

- A. As medidas de proteção são aplicáveis apenas quando houver processo judicial que ateste ter sido o idoso vítima de omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- B. As medidas de proteção à pessoa idosa não poderão ser aplicadas cumulativamente.
- C. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da pessoa idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.
- D. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa se sujeitam à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária sendo fiscalizadas apenas pelos Conselhos das pessoas idosas no âmbito Municipal, e em sua falta, Estadual ou Nacional.
- E. O dirigente de instituição prestadora de atendimento à pessoa idosa responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento da pessoa idosa, não sendo aplicáveis a ele sanções administrativas.

**21. (VUNESP - 2019) O direito ao transporte é uma das garantias fundamentais do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei no 10.741/2003). Assim sendo, aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade. Conforme artigo 39 (§ 3º) do Estatuto, o exercício da gratuidade nos meios de transporte das pessoas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos**

- A. alcançará todo o país.
- B. ficará a critério da legislação local.
- C. se definirá conforme demanda.
- D. será financiado pela esfera pública.



E. terá caráter seletivo.

**22. (VUNESP - 2019) É crescente no país a atenção dos governantes para com o gradativo envelhecimento da população brasileira. Recentemente, iniciativas de ordem legal voltam a atenção para com esse segmento populacional cujas demandas, especialmente da área da saúde, são muito próprias desse período da vida. O Estatuto e a Política Nacional da pessoa idosa são documentos legais da década de 2000, concretizadores de medidas adotadas para atenção aos idosos. De acordo com determinações do art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles ao Ministério Público; aos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional da pessoa idosa; e também**

- A. autoridade policial.
- B. ao gestor local.
- C. aos familiares.
- D. aos fóruns da pessoa idosa.
- E. aos centros de defesa.

**23. (VUNESP - 2019) Nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), é correto afirmar que**

- A. não é assegurado à pessoa idosa em observação nos hospitais o direito a acompanhante, somente se estiver internado e sem possibilidade de alta médica.
- B. é vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- C. é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 50% (cinquenta por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados.
- D. é vedado exigir o comparecimento da pessoa idosa, enfermo ou não, perante os órgãos públicos.
- E. aos maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.

**24. (FGV - 2019) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:**

- I. reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde;



II. cadastramento da população idosa em base nacional;

III. pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social nos hospitais de urgência e emergência.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A. somente I;
- B. somente II;
- C. somente I e III;
- D. somente II e III;
- E. I, II e III.

25. (FGV - 2019) Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de:

- A. profissionalização;
- B. graduação;
- C. aperfeiçoamento;
- D. especialização;
- E. extensão.

26. (FGV - 2019) Ariovaldo, 80 anos, aposentado com apenas um salário mínimo, não consegue comprar remédios, pagar o aluguel, fazer as compras do mês e ter o necessário para se vestir e manter a casa limpa com o valor que percebe mensalmente. Entre seus quatro filhos, Pedro e Ivo têm renda mensal baixa e a terceira, Vera, tem um salário melhor, mas tem uma família grande para sustentar juntamente com seu marido, que não dispõe de muitos recursos. Por isso, Ariovaldo procurou Jorge, seu quarto filho, que tem um salário muito bom e uma vida confortável, além de não ter família para sustentar. Ariovaldo pretende, então, propor Ação de Alimentos em face exclusivamente de Jorge, demandando-lhe a integralidade da pensão. Nesse caso, o pleito de Ariovaldo deve ser julgado:

- A. improcedente, porque não há obrigação alimentar de filhos perante os pais;
- B. improcedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é conjunta;
- C. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é divisível;
- D. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é proporcional;
- E. procedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é solidária.



**27. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Marcos, de sessenta e seis anos de idade, é casado com Joana, de sessenta e um anos de idade. Eles são aposentados e têm dois filhos maiores de idade. Considerando essa situação hipotética e as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção correta.**

- A. Em caso de internação hospitalar de Marcos e Joana, caberá a seus filhos optar pelo tratamento de saúde, devido à condição de idosos.
- B. Tanto Marcos quanto Joana têm direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos.
- C. Tanto Marcos quanto Joana têm direito à participação na vida política.
- D. Marcos não poderá participar de concurso público.
- E. Marcos tem direito em vida a prioridade especial na tramitação de processos e diligências judiciais.

**28. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:**

Francisca e um acompanhante da sua escolha, como o seu neto, têm direito à gratuidade de transporte coletivo interestadual para visitar familiares que residam em outro estado, bastando que ela apresente, no embarque, documento pessoal que comprove sua idade.

( ) Certo      ( ) Errado

**29. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:**

Em caso de internação hospitalar, Juarez tem direito a acompanhante, assim como direito de escolher o tratamento de saúde que considerar mais favorável, se estiver em pleno domínio de suas faculdades mentais.

( ) Certo      ( ) Errado



**30. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:**

O poder público deve assegurar a Francisca prioridade especial de atendimento em órgãos públicos, considerando a sua idade.

( ) Certo      ( ) Errado

**31. (FCC - 2018) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é assegurada a prioridade junto ao Poder Judiciário. Tal benesse refere-se à tramitação dos:**

- A. processos, mas não em procedimentos, e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- B. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- C. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que a prioridade cessa com a morte do beneficiado, mesmo que o cônjuge supérstite tenha mais de 60 anos.
- D. processos e procedimentos e na execução dos atos mas não das diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- E. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 55 anos.

**32. (FCC - 2018) Cassiano tem 70 anos, reside em Recife apenas com sua irmã Valéria, e sua renda se resume ao recebimento do benefício da assistência social de um salário-mínimo mensal conforme previsão no Estatuto da Pessoa Idosa. Valéria tem 65 anos de idade e não possui meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, mormente porque precisa de muitos medicamentos e vitaminas para preservar sua saúde. De acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), nesse caso, à Valéria**



- A. não será assegurado nenhum benefício mensal de assistência social tendo em vista que ainda não alcançou a idade de 70 anos.
- B. não será assegurado outro benefício mensal de assistência social, tendo em vista que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins do cálculo de renda familiar per capita a que se refere a Loas e, sendo assim, ocorre a referida vedação.
- C. será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, pois o benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins do cálculo de renda familiar per capita a que se refere a Loas.
- D. será assegurado o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, tendo em vista o já recebimento do benefício por outro membro da família.
- E. será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo apenas se Cassiano optar por não receber o benefício, cancelando-o por escrito, ou se solicitar sua redução, percebendo Valéria, neste caso, o quanto restar para completar um salário-mínimo.

**33. (FGV - 2018) O Sr. Ademir, com 82 anos, dá entrada em um hospital, vítima de atropelamento e necessitando de intervenção cirúrgica. Ao tentar obter esclarecimentos, o médico constata que o Sr. Ademir está completamente desorientado: não consegue informar o nome de nenhum familiar ou amigo. O médico sabe que, nessas situações, ele deve intervir e comunicar o fato:**

- A. à Direção do hospital;
- B. ao Ministério Público;
- C. ao Serviço Social;
- D. à Defensoria Pública;
- E. ao Conselho Regional da pessoa idosa.

**34. (FGV - 2018) No caso de verificação de danos com relação aos usuários abrigados, a fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa, determina**

- A. o afastamento provisório dos dirigentes.
- B. a instalação de inquérito por negligência.
- C. a perícia para determinar o tipo de dano sofrido.
- D. a prisão dos dirigentes.
- E. o abrigamento dos usuários em outro serviço.



**35. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa , julgue o item a seguir.**

É assegurado a todos os idosos com idade a partir de sessenta e cinco anos o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

( ) Certo      ( ) Errado

**36. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa , julgue o item a seguir.**

O Estatuto da Pessoa Idosa assegura a prioridade especial, em relação aos demais idosos, daqueles com oitenta anos de idade ou mais.

( ) Certo      ( ) Errado

**37. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item a seguir.**

A garantia de prioridade engloba todos os idosos e inclui o atendimento preferencial imediato e individualizado; a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais; e a prioridade no recebimento de restituição do imposto de renda.

( ) Certo      ( ) Errado

**38. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa , julgue o item a seguir.**

O idoso que não tenha condições econômicas de prover o próprio sustento pode ser amparado pelo Estatuto da Pessoa Idosa, que impõe esse encargo ao poder público, por meio do benefício de prestação continuada, atualmente de responsabilidade da Previdência Social.

( ) Certo      ( ) Errado

**39. (FGV - 2017) Nas entidades de atendimento à pessoa idosa - públicas ou privadas - , proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é:**

A. um princípio;

B. uma obrigação;



- C. uma diretriz;
- D. um valor;
- E. uma estratégia.

**40. (VUNESP - 2017) As medidas específicas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 10.741/2003 forem ameaçados ou violados. A requisição para tratamento de saúde em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar é uma dessas medidas e poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, às demais, levando-se em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. As medidas de proteção poderão ser determinadas pelo Ministério Público ou, a requerimento deste,**

- A. por todo e qualquer cidadão.
- B. pelo poder judiciário.
- C. pelo órgão público específico.
- D. pelo responsável legal da pessoa idosa.
- E. pelo conselho da pessoa idosa.



## GABARITO

- |            |            |
|------------|------------|
| 1. B       | 21. B      |
| 2. A       | 22. A      |
| 3. ERRADO  | 23. B      |
| 4. CERTO   | 24. A      |
| 5. ERRADO  | 25. E      |
| 6. CERTO   | 26. E      |
| 7. A       | 27. C      |
| 8. ERRADO  | 28. ERRADO |
| 9. ERRADO  | 29. CERTO  |
| 10. ERRADO | 30. ERRADO |
| 11. A      | 31. B      |
| 12. E      | 32. C      |
| 13. A      | 33. B      |
| 14. B      | 34. A      |
| 15. C      | 35. ERRADO |
| 16. D      | 36. CERTO  |
| 17. D      | 37. CERTO  |
| 18. B      | 38. ERRADO |
| 19. E      | 39. B      |
| 20. C      | 40. B      |



## QUESTÕES COMENTADAS – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA - MULTIBANCAS

### 1. (CESPE/CEBRASPE - 2023) O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa

- A. é garantido a toda pessoa com 65 anos de idade ou mais.
- B. é vinculado à assistência social.
- C. inclui o direito ao 13.º salário.
- D. depende de contribuição prévia para a previdência social.
- E. acarreta o direito à pensão por morte a eventual dependente do idoso, no caso de sua morte.

#### Comentário:

O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa não é garantido a todas as pessoas idosas com 65 anos ou mais, mas somente aos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.

É um benefício vinculado à assistência social, previsto na LOAS, não depende de contribuição prévia para a previdência social. Também não acarreta o direito à pensão por morte aos dependentes e não inclui o direito ao 13.º salário.

**Gabarito: letra B.**

### 2. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, julgue os itens a seguir.

I Os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral que regem o Estatuto da Pessoa Idosa decorrem dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

II O direito à cidadania é assegurado expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa.

III Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade absoluta somente aos maiores de oitenta anos de idade, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.



**IV A gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, semiurbanos e interestaduais é assegurada a todas as pessoas maiores de 65 anos de idade que comprovem ter renda igual ou inferior a dois salários mínimos.**

**Estão certos apenas os itens**

- A. I e II.
- B. I e III.
- C. II e IV.
- D. I, III e IV.
- E. II, III e IV

**Comentário:**

**Vamos analisar os itens:**

**I. Correto.** De acordo com o art. 2º do Estatuto, a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

**II. Correto.** O direito à cidadania é assegurado expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa, em seu art. 3º: É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, **a efetivação do direito** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, **à cidadania**, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

**III. Errado.** Não há que se falar em prioridade absoluta, mas prioridade especial aos maiores de 80 anos.

**IV. Errado.** De acordo com art. 39 do Estatuto, **aos maiores de 65 anos** fica assegurada a **gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos**, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Já nos transportes interestaduais é garantido a reserva de vagas e desconto na compra da passagem.

**Gabarito: letra A.**

**3. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**



O profissional de saúde só deve fazer notificação compulsória de violência praticada contra idoso se tiver certeza de que se trata de caso confirmado de violação ao Estatuto do Idoso.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

A assertiva está incorreta, pois a simples suspeita já enseja a notificação compulsória, conforme dispõe o art. 19 do Estatuto da pessoa idosa: "Os **casos de suspeita ou confirmação** de violência praticada contra pessoas idosas **serão objeto de notificação compulsória** pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgão".

**Gabarito: Errado.**

**4. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Acerca das prioridades atribuídas à pessoa idosa, julgue o item a seguir.**

A idade será considerada como critério preferencial para o caso de ocorrência de empate em concurso público.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

A assertiva está correta, considerando que o Estatuto da pessoa idosa assegura que o primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

*Art. 27. Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.*

*Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.*

**Gabarito: Certo.**

**5. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Acerca das prioridades atribuídas à pessoa idosa, julgue o item a seguir.**



Em se tratando de admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, independentemente da natureza do cargo a ser ocupado.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

Como pudemos observar na questão anterior, há uma exceção para a fixação de limite máximo de idade: **nos casos em que a natureza do cargo exigir**. Como exemplo, podemos citar os cargos das carreiras militares, que exigem um limite máximo de idade para ingressar no serviço público.

**Gabarito: Errado.**

**6. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Tendo como referência o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

O envelhecimento é um direito personalíssimo, sendo dever do Estado assegurar a proteção à vida e à saúde da população idosa.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

Assim dispõe o Estatuto da pessoa idosa:

*Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.*

*Art. 9º É **obrigação do Estado**, garantir à pessoa idosa a **proteção à vida e à saúde**, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.*

**Mas cuidado para não confundir:**

Proteção à vida e à saúde: é **obrigação do Estado**.

Assegurar com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida e à saúde (entre outros): é **obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público**.



Prevenir a ameaça ou violação aos direitos, bem como zelar pela dignidade da pessoa idosa: é dever de todos.

**Gabarito: Certo.**

**7. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue os seguintes itens, com base no Estatuto do Idoso.**

**I A obrigação de prestar alimentos ao idoso é solidária, sendo discricionária de ele optar por qualquer dos prestadores.**

**II Em atendimento à saúde, os maiores de 70 anos de idade têm prioridade sobre os demais idosos.**

**III É competência do Ministério Público fiscalizar os órgãos governamentais e as entidades privadas de atendimento ao idoso.**

**IV O direito à prioridade de tramitação em processos judiciais é concedido aos idosos com idade a partir de 70 anos e dispensa requisição da parte interessada.**

**Estão certos apenas os itens**

**A. I e III.**

**B. II e IV.**

**C. III e IV.**

**D. I, II e III.**

**E. I, II e IV.**

**Comentário:**

Vamos analisar os itens:

**I. Correto.** De acordo com art. 12 do Estatuto do Idoso: *A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.*

**II. Errado.** O Estatuto do Idoso assegura **prioridade especial aos idosos maiores de 80 (oitenta) anos** e não aos maiores de 75 (setenta e cinco) anos, conforme art. 3º, § 2º: *Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.*



**III. Correto.** Estatuto do Idoso: Art. 52. As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

**IV. Errado.** A prioridade de tramitação em processos judiciais ou administrativos se aplica aos idosos, **a partir de 60 (sessenta) anos**. Além disso, **é necessário que o idoso requeira tal benefício**, fazendo prova de sua idade, nos termos do art. 71, § 1º, do Estatuto do Idoso.

**Gabarito: letra A.**

**8. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Julgue o seguinte item, relativos ao Estatuto da Pessoa Idosa.**

O combate à violência e à violação dos direitos da pessoa idosa está previsto, no Estatuto do Idoso, em uma lista definitiva de obrigações, estabelecidas legalmente como deveres prioritários da família e, secundariamente, do Estado e das pessoas em geral.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

Podemos citar dois erros na assertiva:

Primeiro que **é um dever de todos** prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa. Bem como, **é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público** assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Segundo, não há uma lista definitiva de obrigações previstas no Estatuto da pessoa idosa, mas de **caráter exemplificativo**, de modo que permite interpretações extensivas, para além daquelas dispostas expressamente na legislação.

**Gabarito: Errado.**

**9. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

O cadastramento da pessoa idosa em base territorial visa assegurar-lhe o direito ao recebimento de auxílios do poder público.

( ) Certo      ( ) Errado



**Comentário:**

O cadastramento da pessoa idosa em base territorial não assegura o direito ao recebimento de auxílios do poder público, mas é um meio de efetivação da prevenção e manutenção da saúde, conforme dispõe art. 15, §1º.

*§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:*

*I – cadastramento da população idosa em base territorial;*

*II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;*

*III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;*

*IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para as pessoas idosas abrigadas e acolhidas por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, nos meios urbano e rural; V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.*

**Gabarito: Errado.**

**10. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Com relação ao que dispõe o Estatuto do Idoso, julgue o item que se segue.**

Em todos os atendimentos de saúde, os maiores de 75 anos de idade terão preferência especial sobre os demais idosos.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

O Estatuto da pessoa idosa assegura **prioridade especial aos maiores de 80 anos**, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

No que se refere ao **atendimento de saúde, os maiores de 80 anos terão preferência especial** sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

Ademais, a prioridade especial também é garantida às pessoas idosas maiores de 80 anos na tramitação dos processos.

**Gabarito: Errado.**



11. (VUNESP - 2022) Diante do cenário do envelhecimento ativo na sociedade, é extremamente importante conhecer e viabilizar o acesso ao Estatuto da Pessoa Idosa, sobretudo numa situação na qual estes necessitam de serem atendidos em suas necessidades. O Estatuto da Pessoa Idosa – lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Com a alteração dada pela Lei nº 13466, de 12 de julho de 2017, o artigo 15 passa a vigorar acrescido § 7º que versa que, em todo atendimento de saúde, terão prioridade sobre os demais idosos, exceto em casos de emergência, os que possuem idade acima de:

- A. 80 anos.
- B. 65 anos.
- C. 70 anos.
- D. 90 anos.
- E. 75 anos.

**Comentário:**

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, art. 3º, § 2º, dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos **maiores de oitenta anos**, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos. (Incluído pela Lei nº 13.466, de 2017).

Essa prioridade também se aplica aos idosos maiores de oitenta anos, **em todo atendimento de saúde**, exceto em caso de emergência, conforme §7º do art. 15 da mesma lei.

**Gabarito: letra A.**

12. (VUNESP - 2022) O Brasil é um país que está envelhecendo, um reflexo, dentre outros fatores, do aumento da expectativa de vida por meio de diversos fatores que trouxeram essa possibilidade. A Política Nacional da pessoa idosa tem por objetivo assegurar os direitos sociais dessa população, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Em relação ao direito à saúde, o Estatuto da Pessoa Idosa considera que é assegurada a atenção integral à sua saúde, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS,



**garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para:**

- A. garantia de saúde plena e prevenção de doenças.
- B. atendimento de necessidades mediante uma seguridade contributiva.
- C. proteção às situações e condições que exclusivamente são atendidas na rede pública.
- D. inserção dos idosos nas atividades ativas e preventivas conforme as suas habilidades desenvolvidas ao longo de sua vida.
- E. prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

**Comentário:**

Dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa, em seu art. 15:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

**Gabarito: letra E.**

**13. (FGV - 2022) O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio**

- A. de cadastramento da população idosa em base territorial.
- B. de política de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
- C. do Conselho Municipal da pessoa idosa, que estabelecerá a forma destes serviços.
- D. do Estado, mediante efetivação de políticas sociais públicas.
- E. da UPA mais próxima da sua residência, que fornecerá requisição para tratamento em ambulatório, hospital ou domicílio.

**Comentário:**

O art. 15 da Lei nº 10.741/03 assegura a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção,



promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas. E ainda dispõe que:

*§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:*

*I – cadastramento da população idosa em base territorial;*

*II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;*

*III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;*

*IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para as pessoas idosas abrigadas e acolhidas por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, nos meios urbano e rural;*

*V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.*

**Gabarito: letra A.**

**14. (FGV - 2022) Nos casos em que idosos percam a condição plena do autocuidado, tornando-se progressivamente mais dependentes, uma das opções oferecidas pelo poder público, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, é a assistência integral na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), desde que:**

- A. o idoso não queira permanecer junto a sua família e possa arcar com os custos da internação;
- B. o idoso não tenha vínculo familiar ou que sua família, ou ele próprio, não tenha condições de prover sua subsistência;
- C. a família da pessoa idosa não tenha condições de mantê-lo em seu convívio, já que nenhum dos parentes possui capacitação e treinamento adequados;
- D. o Município onde reside o idoso tenha equipamento voltado para essa finalidade;
- E. o idoso seja beneficiário de algum programa oficial de assistência social.

**Comentário:**



A pessoa idosa tem direito a ter uma moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada (art. 37).

A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando **verificada inexistência de grupo familiar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família** (art. 37§1).

**Gabarito: letra B.**

**15. (FGV - 2022) Avalie se, no que concerne à profissionalização e ao trabalho, o Estatuto da Pessoa Idosa propugna que o Poder Público deve criar e estimular**

**I. Programas de Estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.**

**II. Programas de Profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas.**

**III. Programas de Reinserção no mercado de trabalho para aposentados que comprovem carência financeira e social.**

**Está correto o que se afirma em**

A. I, apenas.

B. II, apenas.

C. I e II, apenas.

D. II e III, apenas.

E. I, II e III.

**Comentário:**

De acordo com o art. 28 do Estatuto da Pessoa Idosa, o Poder Público criará e estimulará **programas de:**

- I. **profissionalização especializada para as pessoas idosas**, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas
- II. **preparação dos trabalhadores para a aposentadoria**, com antecedência mínima de 1 ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;
- III. **estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho.**

**Gabarito: letra C.**



16. (FGV - 2021) De acordo com o Art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles à(ao) I. Vara Especial da pessoa idosa. II. Ministério Público. III. Autoridade Policial. Está correto o que se afirmar em

- A. I, apenas.
- B. II, apenas.
- C. I e II, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. I, II e III.

**Comentário:**

De acordo com o Art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à **autoridade sanitária**, bem como serão obrigatoriamente comunicados aos seguintes órgãos:

- I – **autoridade policial**;
- II – **Ministério Público**;
- III – **Conselho Municipal da Pessoa Idosa**;
- IV – **Conselho Estadual da Pessoa Idosa**;
- V – **Conselho Nacional da Pessoa Idosa**.

**Gabarito: letra D.**

17. (FGV - 2021) César está com 83 anos e necessitou ser internado devido a uma isquemia. Sua neta deseja permanecer com ele, mas foi informada de que o médico responsável não autorizou a permanência de acompanhantes. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a afirmativa correta.

- A. À pessoa idosa internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante em qualquer situação.



- B. Um idoso não poderá ser acompanhante de outro idoso.
- C. A pessoa que será acompanhante deverá pertencer ao mesmo sexo da pessoa idosa internado.
- D. O profissional de saúde responsável pelo tratamento deve conceder autorização para o acompanhamento da pessoa idosa ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.
- E. A família é obrigada a providenciar um acompanhante em caso de internação, caso o idoso tenha mais de 80 anos.

**Comentário:**

O art. 16 do Estatuto da Pessoa Idosa assegura à pessoa idosa, internada ou em observação, o **direito a acompanhante**. Todavia, **cabe ao o profissional de saúde responsável** pelo tratamento **conceder autorização** para o acompanhamento da pessoa idosa ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

**Gabarito: letra D.**

**18. (VUNESP - 2021) O abrigo em entidade é uma das medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nessa Lei forem ameaçados ou violados. Ainda de acordo com o Estatuto (artigo 49), estão entre os princípios a serem adotados pelas entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência: o atendimento personalizado e em pequenos grupos e a preservação**

- A. da expressividade cultural.
- B. dos vínculos familiares.
- C. dos pertences pessoais.
- D. da capacidade motora.
- E. das memórias afetivas.

**Comentário:**

De acordo com art. 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:



- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III - manutenção da pessoa idosa na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV - participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V - observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI - preservação da identidade da pessoa idosa e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

**Gabarito: letra B.**

**19. (VUNESP - 2021) O artigo 10 do Estatuto da Pessoa Idosa determina que é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa:**

- A. o direito e a dignidade.
- B. a situação de vulnerabilidade alterada.
- C. o acesso a novas formas de caridade e assistencialismo.
- D. o distanciamento intergeracional.
- E. a liberdade, o respeito e a dignidade.

**Comentário:**

O art. 10 do Estatuto da Pessoa Idosa determina que é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa: **a liberdade, o respeito e a dignidade.**

**Art. 10.** É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

**Gabarito: letra E.**



**20. (VUNESP - 2019) Sobre as medidas de proteção e a política de atendimento à pessoa idosa, previstas na Lei nº 10.741/2003, assinale a alternativa correta.**

- A. As medidas de proteção são aplicáveis apenas quando houver processo judicial que ateste ter sido o idoso vítima de omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- B. As medidas de proteção à pessoa idosa não poderão ser aplicadas cumulativamente.
- C. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da pessoa idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.
- D. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa se sujeitam à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária sendo fiscalizadas apenas pelos Conselhos das pessoas idosas no âmbito Municipal, e em sua falta, Estadual ou Nacional.
- E. O dirigente de instituição prestadora de atendimento à pessoa idosa responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento da pessoa idosa, não sendo aplicáveis a ele sanções administrativas.

**Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

**A. Errado.** As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; em razão de sua condição pessoal.

**B. Errado.** As medidas de proteção à pessoa idosa poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente.

**C. Correto. Conforme art. 52 do Estatuto da Pessoa Idosa.**

**D. Errado.** As entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa. Quem fiscaliza essas entidades são: Conselhos da pessoa idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

**E. Errado.** O dirigente, além de responder civil e criminalmente, serão aplicáveis a ele sanções administrativas, quando couber.

**Gabarito: letra C**



21. (VUNESP - 2019) O direito ao transporte é uma das garantias fundamentais do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei no 10.741/2003). Assim sendo, aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade. Conforme artigo 39 (§ 3º) do Estatuto, o exercício da gratuidade nos meios de transporte das pessoas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos
- A. alcançará todo o país.
  - B. ficará a critério da legislação local.
  - C. se definirá conforme demanda.
  - D. será financiado pela esfera pública.
  - E. terá caráter seletivo.

**Comentário:**

Conforme o art. 39 do Estatuto da Pessoa Idosa, aos maiores de 65 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. No caso das pessoas idosas entre 60 e 65 anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre essa gratuidade.

**Gabarito: letra B**

22. (VUNESP - 2019) É crescente no país a atenção dos governantes para com o gradativo envelhecimento da população brasileira. Recentemente, iniciativas de ordem legal voltam a atenção para com esse segmento populacional cujas demandas, especialmente da área da saúde, são muito próprias desse período da vida. O Estatuto e a Política Nacional da pessoa idosa são documentos legais da década de 2000, concretizadores de medidas adotadas para atenção aos idosos. De acordo com determinações do art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles ao Ministério Público; aos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional da pessoa idosa; e também
- A. autoridade policial.
  - B. ao gestor local.
  - C. aos familiares.
  - D. aos fóruns da pessoa idosa.
  - E. aos centros de defesa.



### Comentário:

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

De acordo com o art. 19 do Estatuto, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

- autoridade policial;
- Ministério Público;
- Conselho Municipal da pessoa idosa;
- Conselho Estadual da pessoa idosa;
- Conselho Nacional da pessoa idosa.

### Gabarito: letra A

### 23. (VUNESP - 2019) Nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), é correto afirmar que

- A. não é assegurado à pessoa idosa em observação nos hospitais o direito a acompanhante, somente se estiver internado e sem possibilidade de alta médica.
- B. é vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- C. é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 50% (cinquenta por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados.
- D. é vedado exigir o comparecimento da pessoa idosa, enfermo ou não, perante os órgãos públicos.
- E. aos maiores de 55 (cinquenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.

### Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

**A. Errado.** À pessoa idosa internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

**B. Correto.** A alternativa está verdadeira, pois traz a transcrição literal do parágrafo 3º do art. 15 do Estatuto da Pessoa Idosa.

**C. Errado.** De acordo com o art. 41 do Estatuto da Pessoa Idosa, é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de **5% das vagas** nos estacionamentos públicos



e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa.

**D. Errado.** A vedação de comparecimento é apenas nos casos em que o idoso esteja enfermo, conforme dispõe o §5º do art. 15 do Estatuto.

**E. Errado.** A gratuidade assegurada no Estatuto da Pessoa Idosa é para os maiores de 65 anos.

**Gabarito: letra B**

**24. (FGV - 2019) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:**

**I. reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde;**

**II. cadastramento da população idosa em base nacional;**

**III. pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social nos hospitais de urgência e emergência.**

**Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):**

- A. somente I;
- B. somente II;
- C. somente I e III;
- D. somente II e III;
- E. I, II e III.

**Comentário:**

Vamos analisar os itens:

**I. Correto. Conforme inciso V do §1º do art. 15 do Estatuto.**

**II. Errado.** O cadastramento da população idosa é realizado em base **territorial**.

**III. Errado.** O pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social é **nas unidades geriátricas de referência**.

**Gabarito: letra A**

**25. (FGV - 2019) Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de:**

- A. profissionalização;



- B. graduação;
- C. aperfeiçoamento;
- D. especialização;
- E. extensão.

**Comentário:**

Conforme art. 25 do Estatuto, as instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida,  **cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância**, constituídos por atividades formais e não formais.

**Gabarito: letra E**

26. (FGV - 2019) Ariovaldo, 80 anos, aposentado com apenas um salário mínimo, não consegue comprar remédios, pagar o aluguel, fazer as compras do mês e ter o necessário para se vestir e manter a casa limpa com o valor que percebe mensalmente. Entre seus quatro filhos, Pedro e Ivo têm renda mensal baixa e a terceira, Vera, tem um salário melhor, mas tem uma família grande para sustentar juntamente com seu marido, que não dispõe de muitos recursos. Por isso, Ariovaldo procurou Jorge, seu quarto filho, que tem um salário muito bom e uma vida confortável, além de não ter família para sustentar. Ariovaldo pretende, então, propor Ação de Alimentos em face exclusivamente de Jorge, demandando-lhe a integralidade da pensão. Nesse caso, o pleito de Ariovaldo deve ser julgado:

- A. improcedente, porque não há obrigação alimentar de filhos perante os pais;
- B. improcedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é conjunta;
- C. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é divisível;
- D. procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é proporcional;
- E. procedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é solidária.

**Comentário:**

O Estatuto da Pessoa Idosa, em seu artigo 12, dispõe que a prestação de alimentos à pessoa idosa é **SOLIDÁRIA**, podendo o idoso optar entre os prestadores. Portanto, no caso em tela, Ariovaldo poderá propor ação de alimentos em face de um de seus filhos (no caso Jorge) e a ação será procedente.

**Gabarito: letra E**



**27. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Marcos, de sessenta e seis anos de idade, é casado com Joana, de sessenta e um anos de idade. Eles são aposentados e têm dois filhos maiores de idade. Considerando essa situação hipotética e as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção correta.**

- A. Em caso de internação hospitalar de Marcos e Joana, caberá a seus filhos optar pelo tratamento de saúde, devido à condição de idosos.
- B. Tanto Marcos quanto Joana têm direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos.
- C. Tanto Marcos quanto Joana têm direito à participação na vida política.
- D. Marcos não poderá participar de concurso público.
- E. Marcos tem direito em vida a prioridade especial na tramitação de processos e diligências judiciais.

**Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

**A. Errado.** Se o idoso estiver no domínio de suas faculdades mentais, ele pode optar pelo tratamento de saúde que lhe for mais favorável. Na situação hipotética, não houve menção de nenhum problema nesse sentido.

**B. Errado.** O transporte coletivo urbano é gratuito somente para os maiores de 65 anos.

**C. Correto.** A participação na vida política é um direito assegurado à pessoa idosa.

**D. Errado.** É vedada a discriminação e a fixação de limite de idade, em qualquer trabalho e emprego, inclusive concursos públicos, salvo nos casos em que a natureza do cargo exigir.

**E. Errado.** Marcos terá prioridade (não especial) na tramitação de processos e diligências judiciais e essa prioridade não cessará com a morte, podendo se estender em favor do cônjuge, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

**Gabarito: letra C**

**28. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:**



Francisca e um acompanhante da sua escolha, como o seu neto, têm direito à gratuidade de transporte coletivo interestadual para visitar familiares que residam em outro estado, bastando que ela apresente, no embarque, documento pessoal que comprove sua idade.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, a gratuidade no transporte interestadual funciona da seguinte forma:

- a reserva de 2 vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos;
- desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos.

Na situação hipotética, Francisca recebe salário superior a dois salários mínimos, portanto não terá direito à gratuidade no transporte coletivo interestadual. A legislação também não menciona direito a acompanhante. Portanto a questão está errada.

**Gabarito: Errado**

**29. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo, Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:**

Em caso de internação hospitalar, Juarez tem direito a acompanhante, assim como direito de escolher o tratamento de saúde que considerar mais favorável, se estiver em pleno domínio de suas faculdades mentais.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

Na situação hipotética, Juarez é idoso, portanto, faz jus ao direito de ter acompanhante durante internação/observação, conforme dispõe o artigo 16 do Estatuto da Pessoa Idosa. A legislação também dispõe que o idoso tem o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, caso esteja no domínio de suas faculdades mentais. Então, Juarez também terá assegurado esse direito.

**Gabarito: Certo**

**30. (CESPE/CEBRASPE - 2019) Francisca, com sessenta anos de idade, trabalha como servidora pública da administração direta de Manaus e lá reside com seu esposo,**



Juarez, que tem sessenta e cinco anos de idade e é aposentado, e com seu neto, Antônio, de dezesseis anos de idade. O salário que Francisca recebe hoje é superior a dois salários mínimos e a aposentadoria do Juarez é de um salário mínimo. Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo:

O poder público deve assegurar a Francisca prioridade especial de atendimento em órgãos públicos, considerando a sua idade.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

Muito cuidado para não confundirem prioridade especial com atendimento preferencial. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê **prioridade especial** aos idosos **maiores de oitenta anos**, já o atendimento preferencial é assegurado aos idosos a partir dos 60 anos. Por idosa com 60 anos, Francisca terá **atendimento preferencial** imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, conforme dispõe o art. 3º da Lei 10.741/03.

**Gabarito: Errado.**

**31. (FCC - 2018) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é assegurada a prioridade junto ao Poder Judiciário. Tal benesse refere-se à tramitação dos:**

- A. processos, mas não em procedimentos, e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- B. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- C. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que a prioridade cessa com a morte do beneficiado, mesmo que o cônjuge supérstite tenha mais de 60 anos.
- D. processos e procedimentos e na execução dos atos mas não das diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
- E. processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 55 anos.

**Comentário:**

O art. 71 do Estatuto da Pessoa Idosa prevê que é assegurada prioridade na **tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais** em que figure como parte ou interveniente pessoa com **idade igual ou superior a 60 anos**, em qualquer instância.



**Gabarito: letra B**

**32. (FCC - 2018) Cassiano tem 70 anos, reside em Recife apenas com sua irmã Valéria, e sua renda se resume ao recebimento do benefício da assistência social de um salário-mínimo mensal conforme previsão no Estatuto da Pessoa Idosa. Valéria tem 65 anos de idade e não possui meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, mormente porque precisa de muitos medicamentos e vitaminas para preservar sua saúde. De acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), nesse caso, à Valéria**

- A. não será assegurado nenhum benefício mensal de assistência social tendo em vista que ainda não alcançou a idade de 70 anos.
- B. não será assegurado outro benefício mensal de assistência social, tendo em vista que o benefício já concedido a qualquer membro da família será computado para os fins do cálculo de renda familiar per capita a que se refere a Loas e, sendo assim, ocorre a referida vedação.
- C. será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, pois o benefício já concedido a qualquer membro da família não será computado para os fins do cálculo de renda familiar per capita a que se refere a Loas.
- D. será assegurado o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, tendo em vista o já recebimento do benefício por outro membro da família.
- E. será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo apenas se Cassiano optar por não receber o benefício, cancelando-o por escrito, ou se solicitar sua redução, percebendo Valéria, neste caso, o quanto restar para completar um salário-mínimo.

**Comentário:**

Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e do Estatuto da Pessoa Idosa, é assegurado à pessoa idosa a partir 65 anos, que não possua meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, um benefício mensal de 1 salário-mínimo. A lei também prevê que o benefício à pessoa idosa já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins de cálculo da renda familiar per capita.

Desta forma, será assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo à Valéria, pois ela já possui 65 anos e a renda de Cassiano (seu irmão) não irá interferir no cálculo da renda per capita familiar para a concessão do benefício assistencial (BPC).

**Gabarito: letra C**

**33. (FGV - 2018) O Sr. Ademir, com 82 anos, dá entrada em um hospital, vítima de atropelamento e necessitando de intervenção cirúrgica. Ao tentar obter**



esclarecimentos, o médico constata que o Sr. Ademir está completamente desorientado: não consegue informar o nome de nenhum familiar ou amigo. O médico sabe que, nessas situações, ele deve intervir e comunicar o fato:

- A. à Direção do hospital;
- B. ao Ministério Público;
- C. ao Serviço Social;
- D. à Defensoria Pública;
- E. ao Conselho Regional da pessoa idosa.

**Comentário:**

De acordo com o art. 17 do Estatuto da Pessoa Idosa, não estando o idoso em condições de proceder à opção pelo seu tratamento de saúde, esta será feita:

- pelo curador, quando o idoso for interditado;
- pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;
- pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;
- **pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.**

No caso trazido pela questão, Ademir está desorientado, não estando em condições de proceder a opção pelo seu tratamento e também não consegue informar nome de nenhum familiar. Desta forma, o médico deve intervir e **comunicar o fato ao Ministério Público.**

**Gabarito: letra B**

**34. (FGV - 2018) No caso de verificação de danos com relação aos usuários abrigados, a fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa, determina**

- A. o afastamento provisório dos dirigentes.
- B. a instalação de inquérito por negligência.
- C. a perícia para determinar o tipo de dano sofrido.
- D. a prisão dos dirigentes.
- E. o abrigamento dos usuários em outro serviço.

**Comentário:**



De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, no caso de verificação de danos com relação aos usuários abrigados, a fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa, determina o afastamento provisório dos dirigentes.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê as seguintes medidas:

### Penalidades aplicadas às entidades governamentais:

- advertência;
- afastamento provisório de seus dirigentes;
- afastamento definitivo de seus dirigentes;
- fechamento de unidade ou interdição de programa;

### Penalidades aplicadas às entidades não-governamentais:

- advertência;
- multa;
- suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- interdição de unidade ou suspensão de programa;
- proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

**Gabarito: letra A**

#### 35. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item a seguir.

É assegurado a todos os idosos com idade a partir de sessenta e cinco anos o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

( ) Certo ( ) Errado

**Comentário:**

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa e a LOAS, somente é assegurado o benefício mensal de 1 salário-mínimo aos idosos a partir de 65 anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família.

**Gabarito: Errado.**

#### 36. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item a seguir.

O Estatuto da Pessoa Idosa assegura a prioridade especial, em relação aos demais idosos, daqueles com oitenta anos de idade ou mais.

( ) Certo ( ) Errado



**Comentário:**

A Lei nº 13.466/17 trouxe inovação ao Estatuto da Pessoa Idosa, assegurando, dentre os idosos, a **prioridade especial aos maiores de oitenta anos**, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

**Gabarito: Certo.**

**37. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item a seguir.**

A garantia de prioridade engloba todos os idosos e inclui o atendimento preferencial imediato e individualizado; a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais; e a prioridade no recebimento de restituição do imposto de renda.

( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

De acordo com o art. 3º do Estatuto da Pessoa Idosa, a garantia de prioridade compreende

- **atendimento preferencial imediato e individualizado** junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa;
- viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações;
- priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- **garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.**
- **prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.**

**Gabarito: Certo.**

**38. (CESPE/CEBRASPE - 2018) De acordo com a Política Nacional e Estatuto da Pessoa Idosa, julgue o item a seguir.**

O idoso que não tenha condições econômicas de prover o próprio sustento pode ser amparado pelo Estatuto da Pessoa Idosa, que impõe esse encargo ao poder público, por meio do benefício de prestação continuada, atualmente de responsabilidade da Previdência Social.



( ) Certo      ( ) Errado

**Comentário:**

O erro da questão está no fato de que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de responsabilidade da Assistência Social, cabendo à Previdência Social (INSS) apenas a operacionalização do benefício. A assertiva também não menciona a idade em que a Lei dispõe para recebimento do benefício, que é a partir de 65 anos de idade.

**Gabarito: Errado.**

**39. (FGV - 2017) Nas entidades de atendimento à pessoa idosa - públicas ou privadas - , proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é:**

- A. um princípio;
- B. uma obrigação;
- C. uma diretriz;
- D. um valor;
- E. uma estratégia.

**Comentários:**

Conforme o art. 50 do Estatuto da Pessoa Idosa, proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é uma das obrigações que devem ser cumpridas pelas entidades de atendimento.

**Gabarito: letra B**

**40. (VUNESP - 2017) As medidas específicas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 10.741/2003 forem ameaçados ou violados. A requisição para tratamento de saúde em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar é uma dessas medidas e poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, às demais, levando-se em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. As medidas de proteção poderão ser determinadas pelo Ministério Público ou, a requerimento deste,**

- A. por todo e qualquer cidadão.



- B. pelo poder judiciário.
- C. pelo órgão público específico.
- D. pelo responsável legal da pessoa idosa.
- E. pelo conselho da pessoa idosa.

**Comentário:**

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, as medidas de proteção à pessoa idosa poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Essas medidas poderão ser determinadas pelo Ministério Público ou, a requerimento deste, pelo Poder Judiciário.

**Gabarito: letra B.**



## RESUMO

### Lei nº 10.741/03 - Estatuto da Pessoa Idosa

- ✓ Aplica-se às pessoas idosas a partir de **60 anos**;

#### Garantia de prioridade:

I – **atendimento preferencial imediato e individualizado** junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – **preferência na formulação e na execução de políticas sociais** públicas específicas;

III – **destinação privilegiada de recursos públicos** nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa;

IV – **viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso** com as demais gerações;

V – **priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar**, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – **capacitação e reciclagem dos recursos humanos** nas áreas de **geriatria e gerontologia** e na **prestação de serviços aos idosos**;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a **divulgação de informações de caráter educativo** sobre os **aspectos biopsicossociais de envelhecimento**;

VIII – garantia de **acesso à rede de serviços de saúde** e de **assistência social** locais.

IX – prioridade no **recebimento da restituição do Imposto de Renda**.



**PRIORIDADE ESPECIAL aos MAIORES DE 80 ANOS**

Proteção contra qualquer forma de

negligência

discriminação

violência

crudeldade ou opressão

seja por **AÇÃO OU OMISSÃO**



- ✓ o direito à **liberdade, ao respeito e à dignidade** deve ser uma obrigação do **Estado e da sociedade**.
- ✓ O **direito ao respeito** consiste na inviolabilidade da **integridade física, psíquica e moral**;
- ✓ A obrigação alimentar é **SOLIDÁRIA**, podendo o idoso optar entre os prestadores;
- ✓ **direito à saúde**: deve ser assegurada **atenção integral, acesso universal e igualitário**, para a



- ✓ deve ser assegurado à pessoa idosa, de forma **gratuita**:
  - ✓ **medicamentos**, especialmente os de uso continuado;
  - ✓ **próteses, órteses** e outros recursos relativos ao tratamento, **habilitação ou reabilitação**;



**É VEDADA** a **discriminação** do idoso nos **planos de saúde** pela **cobrança de valores diferenciados** em razão da idade.

**É VEDADO** exigir o **comparecimento do idoso enfermo** perante os **órgãos públicos**, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de **interesse do poder público**, o agente promoverá o contato necessário com o idoso **em sua residência**; ou

II - quando de **interesse do próprio idoso**, este se fará **representar por procurador** legalmente constituído.

- ✓ os **MAIORES DE 80 ANOS** terão **PREFERÊNCIA ESPECIAL** sobre os demais idosos, **exceto em caso de emergência**.
- ✓ à pessoa idosa **INTERNADO OU EM OBSERVAÇÃO** o direito a um **ACOMPANHANTE** em **tempo integral**.
- ✓ casos de **SUSPEITA** ou **CONFIRMAÇÃO** de **VIOLÊNCIA**: os serviços de saúde devem **notificar compulsoriamente** a **AUTORIDADE SANITÁRIA** e **comunicar obrigatoriamente** quaisquer dos seguintes órgãos: autoridade policial, MP ou Conselhos;



- ✓ **50% de desconto** nos ingressos para eventos **artísticos, culturais, esportivos e de lazer**

Na admissão ao trabalho **é VEDADA:**

- ✗ a **discriminação** e
- ✗ a **fixação de limite máximo de idade**, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.
- ✓ a **partir de 65 anos**, aos que **não tenham meios de prover a própria subsistência e nem de tê-la provida por sua família**: um **benefício mensal no valor de 1 salário-mínimo** →BPC;
- ✓ **ILPI (entidades filantrópicas ou casalar)** pode cobrar a participação da pessoa idosa no custeio da entidade: **NÃO PODERÁ EXCEDER A 70%** do benefício;
- ✓ Nos **programas habitacionais**: reserva de **PELO MENOS 3%** das unidades habitacionais;
- ✓ Transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos: **gratuito aos maiores de 65 anos; 10% dos assentos** nos transportes coletivos; faixa entre **60 e 65 anos**, ficará a **critério da legislação local**;
- ✓ No **transporte coletivo interestadual**:
  - a reserva de **2 vagas gratuitas** por veículo para idosos com **renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos**;
  - **desconto de 50%**, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com **renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos**.

#### Medidas de proteção

- encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- abrigo em entidade;
- abrigo temporário.

- ✓ Essas medidas poderão ser aplicadas **isolada ou cumulativamente** nos casos em que seus direitos forem **ameaçados ou violados**:



- por **ação ou omissão** da sociedade ou do Estado;
- por **falta, omissão ou abuso** da família, curador ou entidade de atendimento;
- em **razão de sua condição** pessoal.

As **entidades de atendimento** serão **fiscalizadas** pelos **Conselhos da pessoa idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária** e outros.

**Penalidades aplicadas às entidades governamentais:**

- **advertência;**
- **afastamento provisório** de seus dirigentes;
- **afastamento definitivo** de seus dirigentes;
- **fechamento de unidade** ou **interdição de programa;**

**Penalidades aplicadas às entidades não-governamentais:**

- **advertência;**
- **multa;**
- **suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;**
- **interdição de unidade** ou **suspensão de programa;**
- **proibição de atendimento a idosos** a bem do interesse público.

Se houver **danos aos idosos abrigados** ou **qualquer tipo de fraude** em relação ao programa, caberá

- ✗ **o afastamento provisório dos dirigentes** ou
- ✗ **a interdição da unidade e a suspensão do programa.**

À pessoa idosa a **partir de 60 anos**: terá **prioridade**

- ✓ na **tramitação dos processos e procedimentos** e
- ✓ na **execução dos atos e diligências judiciais**
- ✓ terão **prioridade especial** os **maiores de 80 anos.**

em qualquer instância.

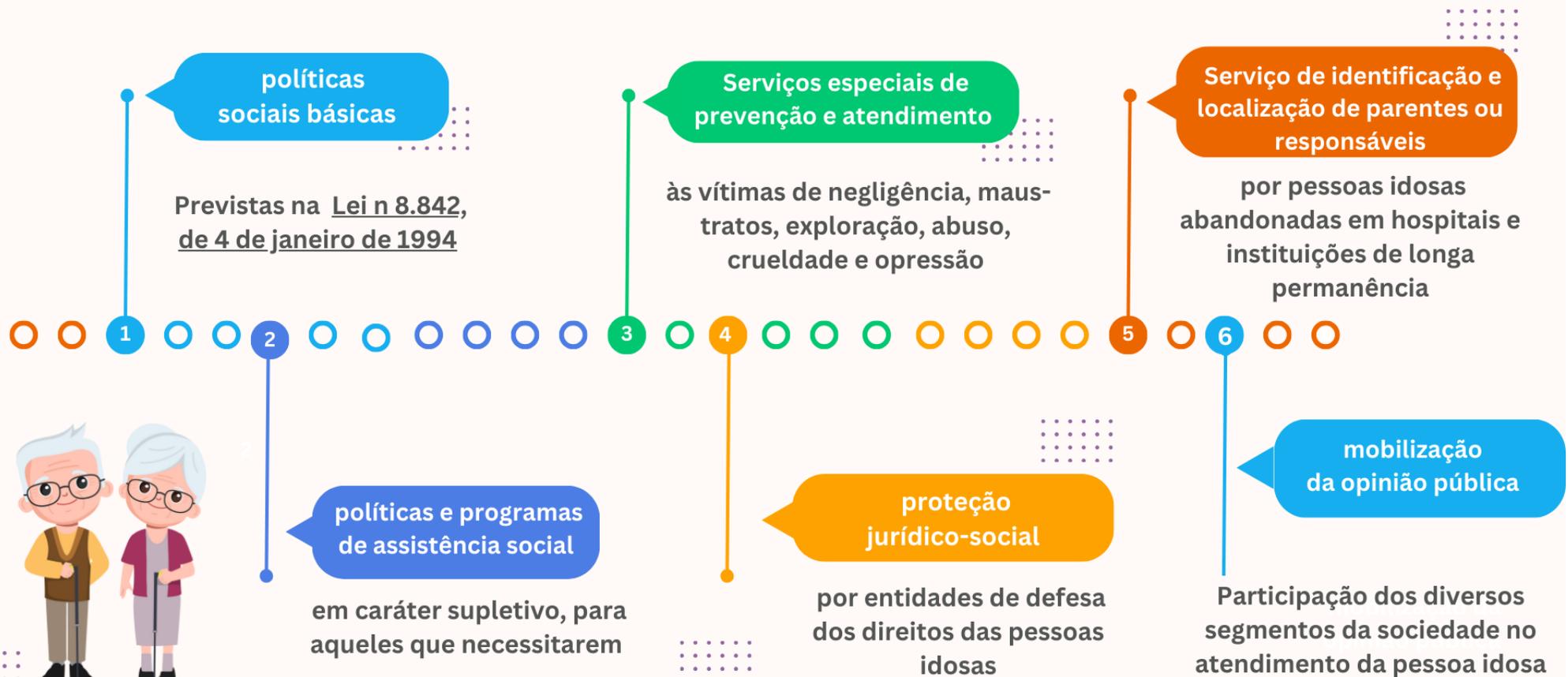


## MAPAS MENTAIS – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA



## MAPAS MENTAIS – ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

# LINHAS DE AÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.